

Programa de saúde terá recursos de 30 bilhões

Da sucursal de
BRASÍLIA

O Ministério da Saúde já recebeu "sinal verde" do ministro Delfim Netto para negociar com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) o financiamento de 600 milhões de dólares (quase Cr\$ 30 bilhões), que representará metade do custo total do Prev-Saúde, a ser implantado no País até 1985. O mediador entre o governo brasileiro e o BID é o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Halfdan Mahler, que se encontra em Brasília participando da VII Conferência Nacional de Saúde.

Embora o custo total do programa de extensão da rede de serviços básicos de Saúde seja maior que as verbas agora conseguidas no Exterior, Mahler acredita que não haverá problemas para o Brasil conseguir o restante do financiamento, devido à "confiança que o País inspira entre os setores financeiros internacionais".

O Ministério da Saúde, entretanto, esperar obter, além dos 600 milhões de dólares do BID, mais 230 milhões de dólares do Banco Mundial — a fundo perdido —, sob a justificativa de que os recursos serão empregados em programas de cunho social.

Mahler e Hector Acuña, diretor-geral da Organização Pan-Americana de Saúde, defenderam, para o alcance de um eficiente programa de saúde, o desenvolvimento de uma tecnologia apropriada às populações locais, afirmando que "Saúde não é uma coisa que se compra, mas algo que deve ter participação das famílias, comunidades e governos".

Na opinião dos dois epidemiologistas internacionais, "Há outros temas muito importantes para o alcance da meta de Saúde para todos até o ano 2.000, como o desenvolvimento sócio-econômico global, distribuição de recursos de forma equitativa (inclusive evitando-se o elitismo do atendimento prioritário das populações urbanas) e a mobilização de recursos, não só financeiros, mas técnicos, também".

Mahler ainda criticou os altos preços que as multinacionais cobram pelos remédios, anunciando que a OMS e a OPS estão colaborando com os governos de países em desenvolvimento para a elaboração de listas de 200 medicamentos para o atendimento das necessidades primárias da população, os quais teriam preços fixos.

Ainda como parte da Conferência Nacional de Saúde, Solon Magalhães Viana, do Ipea, apresentou um painel sobre "Modelos de serviços básicos de saúde e sua articulação com os demais níveis de atendimento". O conferencista defendeu a tese de que a extensão do Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento — Pias — à outras áreas do Brasil, abandonando a política adotada pelo governo, que circunscreveu o Plano à região Nordeste, encontrará algumas limitações, à despeito de progressos eventualmente alcançados.